

Dos cereais ao vinho. Envolvente ambiental no Douro Superior

Otilia Lage¹
Carla Sequeira²

Resumo: Com as alterações climáticas planetárias de profundo impacto no nosso território, o problema da falta de água e implicações no regadio dos vinhedos do Douro Superior, tornou-se hoje dominante embora não consensual, em termos científicos, económicos e sociais (Cardoso, 2022; Pinto, 2019). Concretizando na “vinificação de vinhos de alta qualidade, é fulcral ajustar os modelos de irrigação que permitem controlar o equilíbrio, entre o crescimento vegetativo e a produção. Os baixos valores de precipitação que se fizeram sentir no Douro Superior, aliado às condições climáticas quentes e secas, levam a que o solo não armazena recursos hídricos suficientes” (Loureiro, 2017: 93). Tais considerações justificam uma releitura do nosso estudo “Douro Superior, da produção cerealífera à vinhateira...” (Lage & Sequeira, 2021) na dimensão ambiental cujas potencialidades permitem ampliar a análise histórica e enunciar linhas gerais desta nova abordagem à luz da História Ambiental. Assim o presente artigo centra-se na espacio-temporalidade do Douro Superior, uma das sub-regiões durienses a exigir mais pesquisa e novos estudos, e desenvolve-se nestas rubricas: 1. A História Ambiental como ferramenta de pesquisa; 2. Reconfiguração de estudos históricos e estudos rurais sobre Alto Douro Vinhateiro e seu equilíbrio ecológico.

1. Introdução. Contextualização conceptual: História Ambiental

Ao abordar de uma forma interdisciplinar o estudo da interacção Homem-Ambiente, analisando co-evolução e codeterminação em escalas cronológicas de longa duração, a História Ambiental, fornece dados

1. Nasceu em 1948, em Carrazeda de Ansiães vive e trabalha no Porto sendo deputada na Assembleia Municipal de Carrazeda, reeleita em 4 mandatos sucessivos. Foi homenageada pela Câmara Municipal de Carrazeda com diploma de mérito e medalha de ouro. É investigadora integrada do CITCEM, membro da Direcção do CEPHIS e do conselho editorial da Revista CEPHIS, autora e co-autora de centenas de livros, artigos, conferências e comunicações, coordenadora e participante de projectos nacionais e europeus, membro de associações profissionais e científicas, nacionais e internacionais tendo sido dirigente associativa e sindical. Foi docente no Ensino Secundário, Superior e Universitário e dirigente em documentação, informação e publicações no Ensino Superior. É licenciada em História (FLUP), mestre em Demografia e História das Populações e doutora em História Moderna e Contemporânea (U.Minho), com pós-doutoramento em Novos Estudos Sociais e Históricos e pós-graduação em Bibliotecas, Arquivos e Documentação (U.Coimbra) e especialização em Administração Escolar (IPP) otilialage@sapo.pt telem:919244840.

2. Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com uma tese intitulada O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecçãoismo. A “questão duriense” na economia nacional. Investigadora da FLUP, a exercer funções no CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), com um projecto sobre Marcas Comerciais e Denominações de Origem na vitivinicultura portuguesa. A sua área de especialização situa-se no âmbito da história económica, social, institucional e política do Alto Douro na época contemporânea. Participou em vários projectos de investigação. Autora de artigos em revistas científicas da especialidade e de capítulos de livros. Membro da EURHO (European Rural History Organization), da Rural RePort (Rede de História Rural em Português) e da ATINER (Athens Institute for Education & Research).

holísticos e pode funcionar como meio de pesquisa da gestão integrada dos recursos aquíferos de um dado território.

Na investigação das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais em sua historicidade, a História Ambiental constrói uma compreensão menos dualista da natureza e cultura na experiência histórica e tenta ultrapassar a ausência da dimensão biofísica que tem caracterizado grande parte da historiografia contemporânea. Reconhece uma pluralidade de dimensões naturais e culturais que se resolvem e encontram o seu sentido no comportamento colectivo dos seres humanos. Passa necessariamente por estudos no cruzamento de fronteiras disciplinares e implica uma ampliação da história da experiência concreta da vida em sociedade, a três níveis: a leitura histórica dos factores ecológicos é um primeiro nível; o estudo da estruturação socioeconómica das sociedades, em inter-relação com os espaços geográficos, constitui um segundo nível; e no terceiro nível encontra-se a análise das dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana (cosmologias, ideologias e valores). Assim, “*muitas e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza*”. (Worster, 1991: 198-215).

A natureza e a cultura na sua dimensão de construção da ciência formam um enredo complexo entre diversas naturezas e culturas em suas relações intrincadas com a sociedade humana e a história. Daí que o testemunho local responde ao entendimento actual de que todas as medidas são e continuam ligadas a redes locais e de que os efeitos globais são, em regra, adições – sobre-adições de medidas locais. (Rheinberger, 2013).³

A história ambiental desenvolvida num quadro epistemológico renovado, integra alguns desses contributos de conhecimento ao procurar repensar “*as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo*” (Castro, 2007), utiliza vários tipos de fontes pertinentes onde se podem encontrar informações sobre “*conceitos, usos*

e valores atribuídos e a disponibilidade de recursos naturais” (Drummond, 1991).

Segundo Donald Worster (University of Kansas), historiador ambiental americano de referência, o recurso natural escasso “*água*” foi técnica e politicamente manipulado para produzir uma agricultura altamente capitalizada, a custos sociais e ambientais altamente regressivos (Drummond, 1991: 188). Por sua vez, «*a “nova historiografia” tem sido incapaz de esclarecer exatamente os tipos de sociedade gerados pela exploração de um recurso natural ou de vários recursos simultaneamente, ou em sequência*» (Drummond, 1991: 195).

Certo é que as economias e as sociedades continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais. O nosso futuro depende desses recursos, dos valores que lhes atribuímos e dos usos que lhes damos. Vastos sectores da população e do território continuam a depender do uso extensivo e raramente prudente de recursos naturais.

Nesta óptica abrangente, e atendendo ao anterior enquadramento conceptual da História Ambiental, faz-se uma breve abordagem à região do Alto Douro, revisitando-a nestas duas dimensões complementares e articuladas:

1. Uma fonte de referência a explorar entre natureza e cultura, no domínio da História Ambiental: *O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro* (Lisboa, 1911-1997) – “*a ilha mediterrânica no Portugal Atlântico*”.

É de sublinhar “[...] *a pouca importância que Orlando Ribeiro conferiu às divisões sub-regionais, nomeadamente as relacionadas com a demarcação das áreas com diferente aptidão vinícola – Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior – as quais nem mesmo referencia. Na perspectiva do geógrafo a unidade de paisagem mantém-se, significativamente, em toda a sua extensão*” (Guedes, 2010: 118-124).

2. No Douro Superior, a maior e mais recente sub-região demarcada, a Quinta do Lubazim – envolvente agro-ambiental e identidade patrimonial, sustentabilidade em diacronia.

A nova aproximação que aqui se faz ao Douro Superior pós-floxérico, desenvolve, ao nível geográfico e ambiental, recente análise da evolução



Fig. 1 Orlando Ribeiro. Associação Portuguesa de Geógrafos



Fig. 2 Cadernos de campo, em tratamento. Fotografia Duarte Belo, © originais Suzanne Daveau

histórica das culturas cerealífera e vitivinícola desta sub-região, sucessivamente, dominantes (Lage & Sequeira, 2021).

Procuram-se identificar aspectos e problemas de natureza ambiental, por exemplo, em matéria de água e regadios, erosão de solos, expansão de plantações vitícolas, etc., bem como possíveis respostas porventura mais complexas e actuais ao nível de conhecimentos, no horizonte de uma nova cultura da água, dimensão fundamental de um planeamento integrado dos recursos hídricos, com sustentabilidade.

2. O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro (Guedes, 2010)

2.1. Fonte de referência inesgotável a explorar

De acordo com Paulo Guimarães e Inês Amorim, “[...] *é com Orlando Ribeiro que nos aproximamos de uma leitura histórica ambiental do país, visto que o geógrafo, para além da atenção que dá à paisagem e à descrição física do território, destaca o papel do homem na introdução de novas plantas e espécies animais, na alteração dessa paisagem e nas mudanças de povoamento num tempo médio e longo* (Ribeiro, 1993). [...] *a evolução humana é tão*

indispensável à compreensão da “paisagem cultural” como as transformações físicas [...] à interpretação da paisagem natural (Ribeiro, 1986: 12). *Podemos considerá-lo dos mais proventos produtores e precursores da história ambiental pelo Aolhar de geógrafo, através de obras como Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (1945)*” (Guimarães & Amorim, 2006: 50-51).

Orlando Ribeiro inicia *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1.ª ed. 1945), obra de referência incontornável, com a citação do poema *Mensagem* de Miguel Torga, em homenagem ao Alto Douro, região sobre a qual não fez nenhum estudo geográfico profundo, mas que percorreu e estudou em minucioso trabalho de campo e ao longo da sua obra, designando-a como “*a ilha mediterrânica no Portugal Atlântico*”, “*paisagem original e sem paralelo [...]*”⁴.

Deixou-nos da natureza, ambiente e cultura da Região Vinhateira Duriense esta circunstanciada visão de síntese com informações plurifacetadas: geográficas, históricas, geológicas, etnográficas, climáticas, paisagísticas, económicas, sociais e culturais que terá reunido em seus cadernos de campo durante décadas e várias visitas que fez ao Douro, desde

3. RHEINBERGER, Hans-Jörg (2013) Itérations. Paris: Diaphanes. Apud LAGE, Maria Otilia Pereira (2015) – “VALE E FERROVIA DO TUA, «UM POEMA GEOLÓGICO»: NATUREZA E OBRA”, CEM, Cultura Espaço & Memória, nº 7, 2016, p. 259.

4. RIBEIRO, Orlando (1987) “Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. III: 5-11. Apud Guedes, 2010).



Fig. 3 Alto Douro Vinhateiro
Fonte: <https://www.clubevinhosportugueses.pt/turismo/alto-douro-vinhateiro-caracterizacao-da-regiao-demarcada-do-douro>

1936, com seu amigo e mestre Leite de Vasconcelos. O Alto Douro é para Orlando Ribeiro a Terra Quente:

“A Terra Quente é formada pelos vales que afluem ao Douro, providos às vezes de largas bacias, encaixados alguns centos de metros no planalto. O clima é, por isso, muito diferente: com poucas chuvas, inverno moderado pelo abrigo das altas vertentes e verão com dias tórridos que sucedem a noites abafadas. O manto vegetal toma, pela primeira vez, uma feição francamente mediterrânea: belas matas de sobreiros, oliveiras, plantações de figueiras, amendoeira, laranjeiras e outras árvores de fruto. Mas a originalidade da região está na cultura da vinha. Calcada exactamente sobre um afloramento de xisto que o Douro atravessa no sentido da maior dimensão, a «região demarcada dos vinhos do «Pôrto» é a mais admirável obra humana que pode ver-se em

Portugal. As vertentes declivosas ainda no século XVII davam apenas mato espontâneo. Hoje a vinha cobre-as até 300 ou 400 metros, numa imensa escadaria de geios ou socalcos destinados a reter o solo: mas este, houve que criá-lo esmagando a rocha e misturando-a com terra e estrume. A reverberação muito forte dos raios solares nos xistos luzentes faz subir a temperatura, durante o verão, a mais de 40°. Conta-se que se assam sardinhas pousando-as nas linhas de caminho-de-ferro!

As uvas ganham, por este tempo, grande riqueza em álcool e açúcar. Em longas filas, no fim do verão, os vindimadores sobem e descem, de cestos às costas, a escadaria dos geios; gente dos planaltos e serras de um e outro lado do rio, porque a da terra não basta a esse trabalho breve mas intenso. O vinho meio preparado, desce em barcos à vela até aos

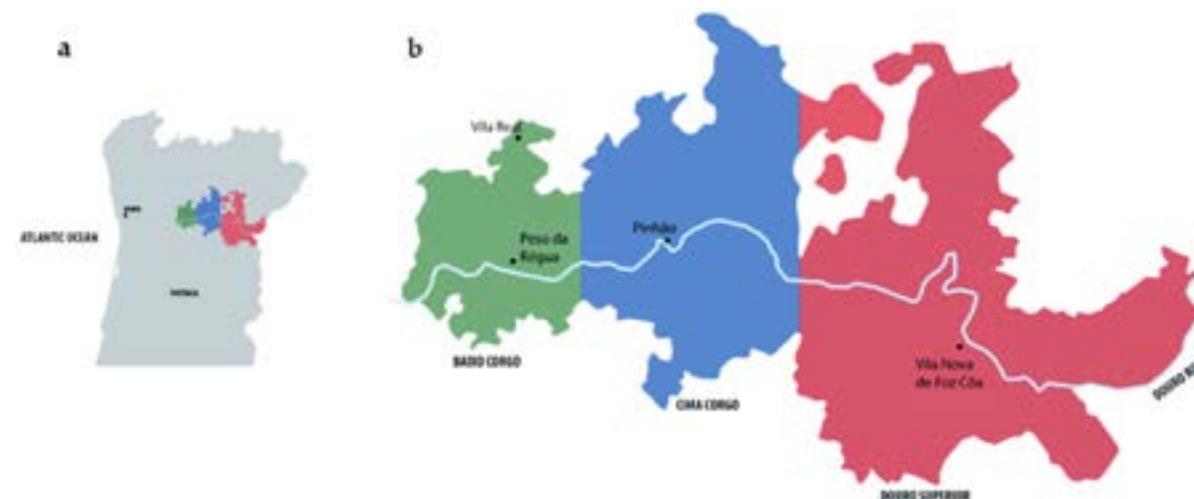


Fig. 4 Região Demarcada do Douro e sub-regiões. Fonte: <https://tavfervinhos.com/quintas/douro-superior>

armazéns de Vila-Nova-de-Gaia, onde é acabado para a exportação e o consumo”⁵.

Importaria destacar, na geografia do Alto Douro traçada por Orlando Ribeiro no decurso de sua obra, e à qual dedica uma visão abrangente e unitária, outras características da construção da região e da paisagem como por exemplo, a visão unificadora do rio Douro, os cursos de água principais, o clima, a hidrologia, a agricultura e a vinha, os elementos humanos, o povoamento e as quintas do Douro, em sua localização e inserção territorial, organização e funcionamento histórico e económico.

Porém, “Orlando Ribeiro confere à Geografia do Alto Douro uma visão de síntese, tornando difícil ao investigador separar por conjuntos temáticos as várias abordagens ao longo da sua obra. Mas esta é a marca singular da sua Geografia. Percorrer a obra de Orlando Ribeiro é ir de encontro a uma fonte inesgotável da cultura do povo português” (Guedes, 2010: 118-124).

Hoje, o Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, surge como uma região de muitas faces, muitos estilos, diferentes identidades, múltiplos recursos e potenciais. Com a crescente internacionalização da região surge a multiplicação de novos equipamen-

tos, projectos, parcerias e investimentos públicos e privados que exigem apurada intervenção das entidades competentes, na salvaguarda dos interesses da preservação do território, e também da paisagem, “cuja unidade se mantém, significativamente, em toda a sua extensão” segundo Orlando Ribeiro, e a qual se traduz na melhor herança física e humana do Douro (Guedes, 2010: 118-124).

2.2. No Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, o Douro Superior

A bacia hidrográfica do Douro que circunda e atravessa a Região Vinhateira do Alto Douro, juntamente com as serras ocidentais que a protegem dos ventos do Atlântico, originam um microclima muito próprio que favorece a produção de vinhos de excelência. Como é sabido, a região vinhateira duriense subdivide-se em três sub-regiões muito particulares e distintas (Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior), sendo o Douro Superior a mais quente e seca, onde a chuva e os recursos hídricos são escassos.

O clima austero desta sub-região é mediterrânico de natureza árida, caracterizando-se por invernos

5. RIBEIRO, Orlando et al., IV, (1991), p. 1270. In GUEDES, Maria Teresa Valente de Sousa (2010), *O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.32-33.



Fig. 5 Douro Superior. Fonte : <https://www.revistadevinhos.pt/beber/douro-superior>

muito frios, mas pouco chuvosos, e verões muito quentes, durante os quais a chuva é ainda mais escassa, o que influencia a sobrematuração das uvas. O tempo quente e seco e as condições extremas dão origem a vinhos mais densos e estruturados.

O território do Douro Superior (área de 1.933,6 km², 33.832 habitantes e densidade populacional de 17,5 hab./km²,) marcado pelo rio Douro e seus afluentes – Côa, Sabor e Tua – significa no património natural e cultural duriense um recurso de desenvolvimento potencialmente muito rico.

Apresenta como atractivos históricos e turísticos mais conhecidos: o Alto Douro Vinhateiro e os Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa, no Parque Arqueológico do Vale do Côa, ambos classificados como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO (o primeiro em 2001 e o segundo em 1998); o Museu do Côa, aberto em 2010; e o Parque Natural do Douro Internacional, área de 85.150 hectares distribuídos pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro,

Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo.

Esta antiga zona duriense, de remota e mais isolada posição geográfica em relação ao território do país teve, na longa duração, reduzida intervenção humana o que facilitou a preservação dos recursos naturais e uma personalidade própria. A partir do século XVIII, o Douro Superior passou a registar melhores acessibilidades fluviais, sendo hoje a mais recente e a de maior extensão (110.000 hectares de área total) das três sub-regiões do Douro e uma área total de vinha de cerca de 10.190 hectares, (cerca de 9% da região). A área vinícola entretanto explorada indicia enorme potencial desta sub-região, hoje considerada bastante promissora para a concretização de novos projetos. “Num processo continuado de avanços e recuos, a cultura da vinha, complementar ou marginal, foi-se afirmando e disputando terreno a outras culturas até que, nas últimas décadas do século XX e dealbar do século XXI, a expansão dos vinhedos no Douro Superior tem vindo a reforçar a



Fig. 6 Quinta do Lubazim – armazéns junto ao rio Douro. Fonte: https://www.wineclick.pt/pt/48_quinta-de-lubazim

sua importância estratégica no seio da actual Região Demarcada do Douro, quer enquanto produtora de vinho com denominação de origem “Porto”, quer ainda na produção de alguns dos nossos melhores vinhos de mesa” (Lage & Sequeira, 2021: 241).

Considera-se que em certas zonas do Douro Superior, “*tendo como objetivo a vinificação de vinhos de alta qualidade, é fulcral ajustar os modelos de irrigação que permitem controlar o equilíbrio, entre o crescimento vegetativo e a produção. Os baixos valores de precipitação que nalguns períodos se fazem sentir no Douro Superior, aliado às condições climáticas quentes e secas, levam a que o solo não armazene recursos hídricos suficientes, o que origina algum stress hídrico*” (Loureiro, 2017: 93).

Sobressaem nesta sub-região, além de importantes unidades agrárias mais recentes, a existência de importantes quintas históricas, em que destacamos, inclusive pela sua sobrevivência na longa duração, a Quinta do Lubazim no Alto Douro (concelho de

Carrazeda de Ansiães, freguesia de Vilarinho da Castanheira), que se aborda a seguir.

3. Envolvência agro-ambiental e identidade patrimonial da Quinta do Lubazim no Douro Superior: um caso de resiliência na longa diacronia e sustentabilidade

Esta quinta, localizada junto à serra da Lousa (concelhos de Moncorvo e Carrazeda), é composta por vinhas em socalcos e algumas edificações dispersas ao longo da encosta orientada a Sul para o rio Douro, onde se verifica a existência de um armazém de grande dimensão junto ao rio (com cais de embarque) e, a meia encosta, um conjunto arquitectónico de várias construções (edifícios de habitação, de apoio aos trabalhos rurais, duas capelas arruinadas e antigo pombal dos finais do século XIX, início do século XX). O acesso faz-se por uma estrada marginal ao rio Douro, na margem direita, e pela estrada EM 1143.



Fig. 7 Quinta do Lubazim – interior do armazém junto ao rio Douro. Foto: Leonel de Castro. Arquivo Museu da Memória Rural

Esta propriedade privada pertence há vários séculos à mesma família, os Castros e Pizarro, segundo informação disponibilizada no seu *web site*, explicitada e documentada pelo seu actual proprietário, o Eng Luis Pizarro, com base na genealogia e arquivo da família⁶.

Desenvolve-se por uma área territorial extensa e alarga-se até ao rio Douro, na sua margem norte, num ponto que sempre foi o de mais antiga e fácil travessia fluvial. Atesta este facto quer a existência aí de vestígios de uma estrada romana, base de uma nova estrada municipal que liga às aldeias próximas

de Pinhal do Douro e Vilarinho da Castanheira do concelho de Carrazeda, quer a existência outrora de uma antiga barca de passagem do rio Douro no lugar de Lubazim, entre Vilarinho da Castanheira e Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Coa)⁷.

Um antigo “carreiro” que fazia, nos anos 1940, o transporte nos carros de bois das pipas de vinho e azeite das quintas do Douro para os barcos rabelos no rio, descreve ainda o uso da “barca do Freixo” como se atesta neste fragmento de entrevista: “...andavam 3 ou 4 lavradores do capitão Lobo da quinta da Urraca a levar as pipas dos lagares de

azeite de 3 proprietários... o Assis, o Luis Cordeiro e o Macedo... lá para baixo para o Douro... para a barca do Freixo que levava à estação de Freixo de Numão... Saíamos daqui com os bois e as pipas e íamos apanhar a barca no rio... a barca saía do Lubazim dos Pizarros ... estes faziam por conta deles o vinho tratado... com os ingleses... descarregavam em Vilarinho no largo do pelourinho e vinham os carros pelo coito fora a leválas... para o Porto... Lavradores daqui do Vilarinho éramos muitos... eu, o Barbosa, o meu primo Carlos, o Armindo Rico e da Lousa [aldeia próxima, já do concelho de Moncorvo] eram o Augusto Fontes, o Marcolino, o Meneses, o Pelúcio. Vínhamos lá de manhã, carregávamos

as pipas e íamos pelo meio-dia... os carros de bois vinham a chiar... uma animação... cada carro trazia uma pipinha de vinho de consumo e ao chegar ao Pinhal do Douro bebíamos...”⁸.

3.1. Envoltentes geográfica, geomorfológica e biodiversidade

A Quinta localiza-se na região interior de Trás-os-Montes e Alto Douro Vinhateiro, na depressão entre a Serra da Lousã e o cume de Bulfata, seus limites naturais. Os seus solos junto ao rio são constituídos por xisto, argila e limo. Nas zonas mais altas existem terrenos de transição com granito. Quando esta

6. Cfr. LAGE, 2018: 297-321.

7. Cfr pedido de divisão, de 1845, dos rendimentos desta barca de transporte fluvial, entre as Câmaras dos concelhos de Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Coa (*Ofícios do Ministério do Reino, Abril e Setembro de 1845 e Pareceres do Procurador Geral da Coroa*. Cod. Ref. PT/AHPGR/PGR/05/01/16/192).

8. Lage, 2018: 574.

grande propriedade agrícola se começou a desenvolver, o crescimento populacional do território português, com especial relevo para o norte do país, foi decorrente em grande medida das sucessivas políticas régias de ordenamento e povoamento, traduzidas inclusive na concessão de cartas de foral a numerosos e antigos concelhos. O ecossistema e biodiversidade desta região foram-se também transformando de modo profundo, paulatino e decisivo. O seu coberto vegetal, bem como a fauna e a flora autóctones foram-se alterando, lentamente, até mudarem quase por completo. Da antiga abundância de azinheiras, carvalhos ou sobreiros, medronheiros, zimbros e plantas de menor porte — o jasmim-silvestre, a esteva e o trovisco —, passou-se gradualmente para culturas com intensa e organizada intervenção humana. Com o povoamento sempre em crescendo, a fauna autóctone foi-se também modificando consideravelmente, verificando-se o progressivo desaparecimento quer de grandes herbívoros, como os veados e os corços quer de animais predadores como o lobo, o maior predador da Península Ibérica, gatos-bravos, sacarabos ou manguços e genetas — que foram progressivamente rareando, até se extinguirem ou entrarem em vias de extinção. Das muitas espécies de aves selvagens que outrora povoavam os territórios desta região, poucas perduraram, inclusive com o abandono progressivo e ruína subsequente dos muitos pombais existentes nesta zona do país. No entanto, entre as raras espécies dessas aves que ainda se conservam, encontram-se por exemplo as corujas brancas ou corujas das torres, que continuam a procurar como abrigo o pombal da Quinta de Lubazim onde vão nidificar. Trata-se de uma ave predadora noturna, de penas brancas no peito e alaranjadas com manchas cinzentas no dorso, plumagem fina nas longas asas que facilitam o seu voo o qual, aliado à sua muito penetrante visão noturna (quase dez vezes superior à do homem), lhe permite capturar de modo rápido e definitivo as suas presas⁹.

3.2. História, património e identidade da Casa/Quinta de Lubazim

A Casa e Quinta de Lubazim, com outras propriedades da família Pizarro de Castro (quintas Velha em Vila Flor, do Castelar e do Carrascal no vale da Vilarça) representa hoje um considerável património agrícola com modernas culturas vitivinícolas que se foram construindo ao longo de mais de seis séculos e uma densa tradição familiar enraizada na antiga nobreza nacional, o que lhe confere uma longevidade e identidade histórica própria que contribuem para explicar a singular posição que ocupa no grande universo das quintas durienses.

Na segunda metade do século XIX, com a franca expansão dos vinhedos para o Douro Superior a cultura vitivinícola registou um notável incremento. Nesse contexto de profunda mudança duriense, a Quinta de Lubazim, que fora também afetada pela praga filoxérica, vai recuperar com arrojadas iniciativas, novos saibramentos e replantação dos vinhedos, destacando-se então como seu proprietário, Sebastião Teixeira Lobo Pizarro, o qual procurou atrair as boas relações comerciais e de amizade dos ingleses. Neste âmbito, nos finais de Oitocentos, acabaria por ser vendida à firma britânica Cockburn & Smithes, o Vale Coelho, área encravada na Quinta de Lubazim mais próxima do rio Douro, onde viria a ser constituída a Quinta de Vale Coelho, mimosa propriedade produtora de vinho do Porto de elevada qualidade. Por essa altura, foi também construído no Lubazim um enorme armazém com lagares em granito que ainda hoje se conserva, embora inactivo.

Desde finais do século XIX que a Quinta de Lubazim forneceu, durante quase 100 anos, os seus vinhos generosos à Cockburn's, até à recente compra desta firma inglesa pelo atual maior grupo do Douro, «Symington Family Estates», que lhe sucedeu.

A extensa área territorial da Quinta do Lubazim, com boa, diversificada e vasta exposição solar outrora pertencente ao extinto concelho de Vila-

rinho de Castanheira, passaria mais tarde a estar, administrativamente, dividida por três concelhos limítrofes: Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Flor, o que contribui para dificultar a execução corrente de assuntos administrativos e fiscais da sua atividade polifuncional de produção, comercialização e prestação de serviços em agricultura, pecuária, viticultura, olivicultura, silvicultura, apicultura e turismo rural. É em Vila Flor que a quinta mantém a sua sede oficial, no ainda hoje bem conservado e elegante solar da Família Pizarro de Castro, em cujos salões e recantos interiores se conserva um notável espólio familiar: coleções de valiosos documentos, muitos retratos, óleos e outros pertences pessoais, peças de mobiliário histórico e ricos objetos indo-europeus ou de outras proveniências que, no seu conjunto, se configuram como património (i)material único e memória viva de conhecidos factos da história nacional em que se destacaram alguns dos Senhores do Lubazim. Este palacete em cantaria de fachada Oitocentista (estilo neoclássico com ornamentos barrocos) apresenta um destacado brasão em granito e esquadrelado com as armas dos Castros, Sousas, Mesquitas e Pereiras, por baixo do qual se pode ler a data de 1846. Mas numa das cantarias da fachada principal do solar pode ler-se a inscrição do ano de 1732, pelo que se presume ser dessa altura a construção da sua ala mais elegante, com ornatos barrocos em cantaria.

Em finais do século XIX, o Dr. Manuel de Castro Lobo Pizarro, dono da Quinta de Lubazim, iria incrementar consideravelmente o desenvolvimento e modernização vitivinícola da Quinta, continuando a manter, como seu pai e antecessor proprietário, Sebastião Pizarro, boas relações com os “ingleses” Cockburn & Smithes que já então tinham implantado os seus negócios de vinho do Porto nesta subregião do Douro Superior, onde eram os principais compradores de vinhos. Manuel de Castro Pizarro não só mandou plantar vinhas novas em antigos socalcos de paredes de xisto, como investiu, junto à margem do rio Douro, na construção de um moderno armazém, um dos maiores do Douro à época, com largos lagares de pedra no piso superior e grandes tonéis de madeira no piso inferior para tratamento e armazenamento dos vinhos da quinta e das uvas compradas aos lavradores daquela região. Em mea-



Fig. 8 Brasão da família proprietária da quinta do Lubazim.
Fonte: <https://quintadelubazim.pt>

dos do século XX, foi construído no extremo norte da quinta um novo e grande lagar de azeite. Na década de 1960, decorrente da construção da barragem da Valeira, a jusante, cuja albufeira submergiu muitas das vinhas existentes na encosta junto às margens do rio Douro, foram feitas na Quinta de Lubazim terraplanagens em cotas superiores e plantação de vinhas novas.

Presentemente, a Quinta de Lubazim, que constitui um *terroir* específico, possui uma área total de 200 hectares resultantes do reajustamento dos 100 hectares iniciais (velhos mortórios provocados pela filoxera e 14 hectares de vinhas velhas com mais de 100 anos em terraços pós-filoxéricos com muros de xisto) com outras quintas, propriedade da família. Cerca de 100 hectares são de novas plantações de vinhedo em patamares largos com 3 a 6 bardos (mandados construir pelo Eng. Luís Pizarro de Castro, a partir de 1974) onde se cultivam castas

9. Alguns destes dados foram consultados no documento «Quinta do Lobazim: Alto Douro» (10 páginas, ilustrado) que nos foi facultado pelo Sr. Eng. Luís Pizarro de Castro, a quem são devidos os nossos agradecimentos, extensíveis à cedência de alguns livros de sua biblioteca, às muitas e importantes informações sobre a história da sua família, Casa e Quinta do Lubazim, e também à sua cortesia de uma visita guiada ao interior do Solar dos Castros em Vila Flor.



Fig. 9 Árvore genealógica da família Pizarro de Castro. Fonte: <https://quintadelubazim.pt/familia>

nobres da região (Touriga Nacional, Touriga Franca, Tinta Roriz, Tinta Amarela, Bastardo, Barroca, etc.). Nos últimos anos foi desenvolvida na zona velha da quinta, a uma outra altitude, a plantação de 17 hectares de vinhas novas, com 49 castas antigas e nobres da região. A produção da Quinta de Lubazim, que rondava uma média anual de 80 pipas de vinho (60 de vinho do Porto e 20 de vinhos DOC) triplicou em 2010 e quintuplicou em 2012. Em 2015, antes da vindima desse ano, contava com 25 mil garrafas por ano, o que sendo relativamente significativo da recente ampliação dos seus negócios vitivinícolas, numa escala familiar, é ainda bem inferior aos dos grandes produtores e exportadores de vinhos do

Douro. Continua a ser produtora de antigos vinhos do Porto de superior qualidade, sempre vendidos a grandes firmas exportadoras estrangeiras e nacionais. Optou por investir tecnologicamente na criação dos seus próprios vinhos do Porto e Douro DOC, e sua comercialização mais direta através de uma presença assídua e constante em feiras, exposições e outros espaços de mostra, nacionais e estrangeiros, com vista a conquistar novas oportunidades de acesso ao mercado dos vinhos cada vez mais disputado, concorrencial e globalizado. Comercializa os seus vinhos Douro DOC, não só em Portugal, mas também no mercado internacional, onde estão bem colocados em vários países estrangeiros desde a França, Suíça e

Luxemburgo, ao Canadá (Toronto), e China (Macau) onde vêm alargando a sua presença. Apresenta um significativo volume de vendas em que se destacam as marcas próprias dos tintos: «Lupucinus» e «Quinta de Lubazim» que vêm sendo sucessivamente galardoadas e cuja primeira vinificação teve lugar em 2005. Os prémios recebidos de reconhecimento da qualidade dos seus vinhos são de grande importância para os negócios da Quinta e a sua afirmação no oceano da produção vinhateira duriense, com redobrado estímulo para a experimentação e inovação.

Para além das mudanças e tecnologias introduzidas, é de relevar o facto da produção vitivinícola da Quinta de Lubazim poder contar ainda com a grande colaboração e sábia experiência do enólogo Manuel Carvalho, antigo responsável da Cockburn's para o Douro Superior. À frente da área de *marketing* e relações públicas da Quinta de Lubazim que evidenciam também grande e inovador sentido de iniciativa, empreendedorismo e modernidade, encontra-se a nova empresária agrícola Dra. Catarina Castro, jovem nora do proprietário da Casa/Quinta do Lubazim, Eng. Luís Pizarro de Castro.

É esta articulação entre tradição, inovação e modernidade ancoradas numa densa e sólida tessitura histórica, que melhor pode explicar a forte identidade patrimonial de expressiva carga simbólica desta singular quinta do Alto Douro, propriedade vitivinícola privada do Douro Superior, na posse secular de uma família aristocrática nacional de olhar e ânimo voltados com resiliência para alicerçar o seu desenvolvimento sustentável e o desta sub-região (Lage, 2018: 304-321).

Explicita-se, a propósito, que se entende o desenvolvimento sustentável, na sua definição formal, como um “*processo de transformações que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, ambiental, económica, social, cultural e institucional, almejando a promoção humana integral, a cidadania plena e a equidade social, a paz e a segurança, um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, no contexto das gerações presentes e futuras e na direcção de um mundo sustentável*” (Ferreira, 2012: V).

Neste sentido abrangente, realce-se que, segundo este autor, em estudos efectuados na Região do Douro, inclusivé em Carrazeda de Ansiães sobre classificação/avaliação do desenvolvimento sustentável,

este “*está a caminhar no bom sentido, em direcção à sustentabilidade [que]... pode subir e a situação melhorar substancialmente*” (Ferreira, 2012: 361).

4. Considerações finais provisórias

Como alertou recentemente o escritor transmontano, especialista em Gestão e Conservação da Natureza, Manuel Cardoso, hoje “*há as populações no campo que da água dependemos, a ecologia que dela carece e de que o homem faz parte, a agricultura que a usa para produzir o que comemos, a nossa paisagem que, sem ela, será deserto, o nosso futuro que, sem água, não irá acontecer*” (Cardoso, 2022).

Nas últimas décadas, o reforço da ligação ancestral entre a água e o homem agudizou-se o que leva a considerar a nossa dependência da água como o mais valioso recurso natural, designado até como “ouro branco” ou “petróleo verde”. A água poderá vir a ser, e nalguns casos já é, um dos principais motivos de conflitos em matéria de recursos naturais, um dos principais elementos da geopolítica actual. Estas questões implicam uma nova abordagem da problemática dos recursos hídricos, ou seja, uma nova cultura da água em resultado da implementação de princípios e políticas integradas de planeamento e gestão no quadro do ordenamento do território, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável que a valorize como recurso económico e ambiental. Porém, sem investimento na reorganização e competência da Administração, para tornar eficazes as intervenções relacionadas com a gestão e o uso, fica inviabilizada a implementação dos actuais planos de recursos hídricos, bem como a aplicação dos princípios da nova cultura da água que os incorpora (Ventura, 2003: 148-149).

«*E, no entanto, os aspectos ambientais parecem ser os que mais notoriedade têm em toda a região do Douro, pelo menos ao nível da retórica. O ar e a água ainda são, no geral, os que apresentam melhor pontuação, contribuindo para revelar a qualidade ambiental da região. Contudo, e apesar dessa qualidade ser verificável nalguns indicadores, constata-se que continuam a existir focos de poluição por águas residuais não tratadas. O que é uma questão de fundo, dado que a qualidade da água é um recurso estratégico, actual e de futuro. A despesa municipal*

em ambiente, fundamentalmente, feita na gestão das águas (abastecimento e tratamento) e dos resíduos, evidencia pontuações assimétricas nos diferentes concelhos do Douro. O que leva a desejar que o ambiente passe a ocupar maior atenção nas políticas autárquicas, de forma a valorizar e fomentar medidas e atitudes preventivas e não só reactivas e reconhecer a importância do Ambiente na qualidade de vida das populações durienses» (Ferreira, 2012: 366-367).

No que se refere aos recursos hídricos do Douro Superior onde a água, componente da videira, é também essencial para a cultura da vinha, conforme o que hoje se conhece em relação ao potencial hídrico de base, os resultados de estudos recentes indicam que a cultura da vinha na sub-região do Douro Superior chega a limites máximos da sua sobrevivência (Loureiro, 2017: 93-94). A rega, em diferentes modalidades é essencial ao aumento da produtividade das culturas e à regulação do stress hídrico (que já se faz em vários casos, com equipamento moderno e uso eficiente de água) mas é sobretudo fundamental para a sobrevivência das plantas, para evitar a degradação dos solos e a desertificação.

Defende-se, por fim, uma consciência ambiental mais crítica e pró-activa como base de uma nova cultura da água não só nos termos enunciados, mas também numa perspectiva de futuro e abrangente no quadro da história contemporânea das vidas dos homens e da sustentabilidade ambiental dos ecossistemas do planeta Terra.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Manuel (2022). *Água do nosso futuro*. <https://www.agroportal.pt/agua-do-nosso-futuro/>
CASTRO, G. Notas sobre historia ambiental y desarrollo sostenible. *Peripecias*, n.71, 2007.
DRUMOND, José Augusto (1991) "A Historia ambiental: temas, linhas e pesquisas", *Revista Estudos Históricos* vol. 4, n.º 8: 171-197.
FERREIRA, José Francisco de Carvalho (2012) *A sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro: realidade ou utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial Especialidade em Geografia Humana. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GUEDES, Maria Teresa Valente de Sousa (2010) *O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em Repositório Aberto da Universidade do Porto: O Alto Douro na obra de Orlando Ribeiro (up.pt), consulta a 06-07-2022.

GUIMARÃES Paulo; AMORIM Inês (2016) "A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico". *AREAS Revista Internacional de Ciências Sociais* 35: 47-58.

LAGE, Otilia; SEQUEIRA, Carla (2021). "O Douro Superior, da produção cerealífera à vinhateira: a afirmação do vinho do Porto." *CEM – Cultura, Espaço & Memória* 13: 229-248.

LAGE, Maria Otilia Pereira (2018) *Um caso de fronteira no «Douro Novo». Carrazeda de Ansiães. Para a história do vinho do Porto*. Porto: CITCEM/Afrontamento. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17152.pdf>, data da consulta a 23-10-2022.

LAGE, Maria Otilia Pereira (2015) – "VALE E FERROVIA DO TUA, «UM POEMA GEOLÓGICO»: NATUREZA E OBRA", *CEM, Cultura Espaço & Memória*, nº 7, 2016, p. 243-262..

LOUREIRO, José Pedro Rangel (2017) *Influência de Diferentes Dotações de Rega sobre o Rendimento e a Qualidade na casta Touriga Nacional – Região do Douro Superior*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agronómica Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

PINTO, Ilidia – Douro: "Sem rega arriscamo-nos a ficar com hectares e hectares de vinhas mortas" In *Dinheiro vivo*, 5 Fev.2019. <https://www.dinheirovivo.pt/economia/douro-sem-rega-arriscamo-nos-a-ficar-com-hectares-e-hectares-de-vinhas-mortas-12782612.html>

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Historicos*. Vol.4: 8, 1991, 198-215.

VENTURA, José Eduardo (2003) "A nova cultura da água: do aumento da oferta à gestão da procura e ao planeamento dos recursos hídricos", *GEoINoVA* 7: 129-150.

